

**ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**MAIO/2006 A ABRIL/2007**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 632 de 30/08/06.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	MAIO/2006 A ABRIL/2007	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )	1.561.198.773,56	0,00
Pessoal Ativo	1.109.369.854,46	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	433.520.339,63	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF) (1)	18.308.579,47	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) ( II )	412.080.307,32	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	0,00
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	150.574.629,28	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	251.578.348,74	0,00
Despesas de Caráter Indenizatório (3)	9.927.329,30	0,00
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III)	1.149.118.466,24	0,00
= ( I - II )		1.149.118.466,24
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		22.161.366.034,65
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = ( III / IV * 100)		5,19
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%		1.309.736.732,65
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,6145%		1.244.249.896,02

FONTE: SIAFI/MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - As despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra para substituição de servidores foram classificadas no Grupo 3 - Outras despesas Correntes.

(2) - Contribuição para FUNFIP e FUNPEMG (segurado e patronal), consoante disposto no art. 19, §1º, inciso VI da LRF;

(3) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-11-99 - Ativos - Vencimentos/Outros- Indenizações de Férias - R\$ 6.241.484,92 ;

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 3.685.844,38;

Desembargador ORLANDO ADÃO CARVALHO, Presidente; Menderson Martins Franco, Auditor; José Moreira Magalhães, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.

**ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**MAIO/2006 A ABRIL/2007**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 632 de 30/08/06.

c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	MAIO/2006 A ABRIL/2007	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )	1.561.198.773,56	
Pessoal Ativo	1.109.369.854,46	
Pessoal Inativo e Pensionistas	433.520.339,63	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF) (1)	18.308.579,47	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) ( II )	536.175.953,67	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores (2)	92.728.284,74	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (3)	433.520.339,63	
Despesas de Caráter Indenizatório (4)	9.927.329,30	
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III)	1.025.022.819,89	0,00
= ( I - II )		1.025.022.819,89
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		22.161.366.034,65
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = ( III / IV * 100)		4,63
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%		1.309.736.732,65
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,6145%		1.244.249.896,02

FONTE: SIAFI/MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - As despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra para substituição de servidores foram classificadas no Grupo 3 - Outras despesas Correntes.

(2) - Despesa com Pessoal Ativo

(3) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º);

(4) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-11-99 - Ativos - Vencimentos/Outros- Indenizações de Férias - R\$ 6.241.484,92 ;

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 3.685.844,38;

Desembargador ORLANDO ADÃO CARVALHO, Presidente; Menderson Martins Franco, Auditor; José Moreira Magalhães, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.